

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Globo

Class.: 222

Data: 14/03/80

Pg.: _____

Bird pode vetar empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil

BRASÍLIA (O GLOBO) — Um empréstimo de US\$ 350 milhões (cerca de Cr\$ 16 bilhões) do Banco Mundial ao governo brasileiro, que seria aplicado no asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho e num programa a ser anunciado em breve, beneficiando Mato Grosso e Rondônia, poderá ser vetado caso o Ministério do Interior continue se recusando a aceitar algumas exigências do banco. Entre elas está a presença de antropólogos estrangeiros nas regiões atingidas pelo novo programa.

Informações obtidas junto ao Ministério dos Transportes revelam que, além da presença dos antropólogos, o Banco Mundial (Bird) quer que o governo brasileiro adote medidas de proteção ecológica na área do novo programa, que será conhecido como Polonoroeste — Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil. Caso o Banco Mundial mantenha suas exigências e o governo não mude de posição, o asfaltamento da Cuiabá-Porto Velho estará comprometido.

As exigências do Banco Mundial foram feitas recentemente pelo chefe da divisão do Brasil no Banco, Robert Skillings, transmitindo uma posição do presidente do Bird, Robert Macnamara. Preocupado com possíveis críticas, conforme informações colhidas no Ministério do Interior, o Banco Mundial não quer financiar um projeto e uma rodovia que poderiam ser apontados por entidades ecológicas brasileiras e estrangeiras como fator de destruição de minorias étnicas e de degradação do meio-ambiente.

PROJETO COMUNITARIO

Para superar o impasse, o governo brasileiro sugeriu um sistema de relatórios periódicos, por escrito, mas o Banco Mundial não quer aceitar essa alternativa e insiste em que seus técnicos tenham contato direto com técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) na própria região do Polonoroeste e ao longo da Cuiabá-Porto Velho. Na área da rodovia e do novo programa estão as tribos indígenas Nambiquara, Mondé, Surui, Cinta-Larga, Arara, Uru-eu-wau-wau e Tubarões.

O missionário Egydio Schwade, ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi procurado em janeiro último por um técnico do Banco Mundial, que queria informações sobre os grupos indígenas que ocupam a região. O missionário disse que o técnico lhe afirmou que o objetivo do Bird era resolver "o problema social e indígena dentro de um projeto comunitário, e não simplesmente pavimentar uma estrada".

O Polonoroeste deverá ser anunciado ainda este semestre pelo presidente da República e prevê, num período de cinco anos, o aproveitamento de aproximadamente três mi-

lhões de hectares de uma área totalmente cultivável em Mato Grosso e Rondônia, ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Está previsto um programa que deverá beneficiar mais de 50 mil colonos, além de possibilitar uma explosão racional de madeiras nobres encontradas na região. O programa irá regularizar a situação fundiária de milhares de agricultores e deverá utilizar cerca de Cr\$ 70 bilhões.

O chefe de gabinete do ministro do Interior, Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega, afirmou que os entendimentos com o Banco Mundial para a liberação dos US\$ 350 milhões estão sendo feitos em Washington por um representante do governo brasileiro. Revelou que no início do próximo mês virá a Brasília uma nova comissão do Banco Mundial para continuar discutindo o assunto.

Urquiza Nóbrega afirmou desconhecer que o ministro do Interior, Mário Andreazza, tenha se manifestado contra a presença de antropólogos estrangeiros indicados pelo Banco Mundial para acompanhar a execução do Polonoroeste e o asfaltamento da Cuiabá-Porto Velho.

DIREITOS DOS INDIOS

Disse que, além do asfaltamento e da colonização, o programa prevê a construção de uma rede de rodovias secundárias na região. Para Urquiza Nóbrega os trabalhos serão acompanhados pela Funai, "respeitando as leis brasileiras, que garantem os direitos dos silvícolas".

A rodovia Cuiabá-Santarém tem 1.470 quilômetros, conforme os cronogramas do Ministério dos Transportes, deverá ser asfaltada até 1983. Para isso, serão necessários Cr\$ 9 bilhões. Essa pavimentação permitirá ampliar a fronteira agrícola do noroeste do País, beneficiando Mato Grosso, Rondônia, Acre e o Amazonas. Na sua área de influência existem 26 milhões de hectares de boas terras, dos quais apenas 352 mil são explorados hoje.

A produção agrícola dessa região é de 850 mil toneladas anuais, especialmente arroz, café, cacau, feijão e milho. Segundo os Ministérios dos Transportes e da Agricultura, 30 por cento dessa produção são totalmente perdidos por deficiências das estradas de escoamento. No momento, existem dezenas de caminhões praticamente paralisados ao longo da Cuiabá-Porto Velho, carregados com arroz, sem condições de chegar a Cuiabá por causa das péssimas condições da estrada. Na região vem chovendo há mais de dois meses.

Com o asfaltamento da rodovia, o Ministério dos Transportes estima que a área plantada da região aumentará para 2,3 milhões de hectares até 1988, com uma produção de 5,8 milhões de toneladas de grãos. No mesmo ano, a produção de madeira deverá atingir 2,7 milhões de metros cúbicos.

Eliseu recebe missão do Banco Mundial

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ministro dos Transportes, Eliseu Resende, receberá no dia 18 a missão do Banco Mundial (Bird) que está no Brasil avaliando o programa de melhoria dos transportes iniciado há um ano e meio em Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife. O custo do programa é de US\$ 250 milhões e, desse total, foram aplicados até agora Cr\$ 1,4 bilhão, dos quais o Bird já pagou Cr\$ 280 milhões.

Em termos de projetos urbanos este é o maior investimento já feito pelo Bird e, segundo o chefe da missão, Anthony Churchill, a experiência brasileira será fundamental para aplicações em outros países. A missão já esteve em Belo Horizonte e até o próximo

dia 18 fará uma avaliação in loco do desenvolvimento do programa nas demais regiões e manterá reuniões com governadores, prefeitos e autoridades dos diversos órgãos envolvidos.

O projeto desenvolvido nas cinco cidades abrange a criação de faixas exclusivas para ônibus, sinalização controlada por computador com preferência para os coletivos e melhorias físicas e operacionais nos principais corredores de transporte. Além disso prevê a pavimentação de 600 quilômetros em vias periféricas das cidades beneficiadas, especialmente nos bairros populacionais de baixa renda. Desse total, 180 quilômetros já foram executados, bem como nas vias em que circulam coletivos.